

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 16.06.2006

Ponto 4. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

4. 1. Iluminação do Polidesportivo de Alfarelos

4. 2. Iluminação do Polidesportivo do Sobral

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. EVENTOS /PROVAS DESPORTIVAS

- Apoio - 12.º Saurium T.T.

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL**

. “Programa Escolhas”

- Acordo de Consórcio

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Ponto 7. **PROTECÇÃO CIVIL**

- . Antigas Termas da Amieira
 - Autorização de Abate de Eucaliptos

Ponto 8. **DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

- . Poluição do Rio Arunca
 - Constituição como Assistente

Ponto 9. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / SIG
 - Implementação do Projecto SIG
 - Consulta Prévia

Ponto 10. **SERVIÇOS MUNICIPAIS**

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / DIQUAL QASST
 - Implementação e Certificação dos Sistemas de Gestão Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho
 - Ajuste Directo

Ponto 11. **RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS**

- . Agrupamento de Escolas de Soure
 - Acordo de Cooperação

Ponto 12. **GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006**

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 8.ª/8.ª -.

Ponto 13. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião adiantando que, como habitualmente, iria prestar algumas informações.

* CULTURA

- No dia 15 de Outubro, decorreu, de forma muito positiva, o 15.º Encontro de Bandas de Música do Concelho, no Centro Cultural e Recreativo de S. Bento - Carregosa, na Freguesia da Gesteira.

Aproveitei para sensibilizar os mais directamente envolvidos, que, sendo também um dos objectivos deste encontro anual continuar a consolidação da coesão concelhia, iríamos aprofundar a descentralização por forma a que este evento possa vir a ocorrer nas Freguesias onde não existem Bandas de Música.

- Nos dias 13 e 16 de Outubro, reuniram, respectivamente, o Núcleo Executivo e o Plenário do Conselho Local de Acção Social. A reunião do Núcleo Executivo foi para aprovação de uma Proposta de Parecer sobre três Candidaturas ao Programa Escolhas e, naturalmente, já em sede de Plenário, para apreciação e votação dessa mesma Proposta.

O Parecer foi favorável às três Candidaturas apresentadas, tendo sido aprovado por unanimidade; o parecer favorável à constituição do Centro Social das Malhadas como IPSS foi aprovado, por maioria, com uma abstenção... É um facto, que a Sub-região de Sicó, designadamente, as Freguesias de Degraças e de Pombalinho não têm uma resposta local directa, em termos de prestação de serviços, aos estratos sociais mais vulneráveis... de há muito que vimos estimulando, incentivando as diferentes Instituições no sentido de procurarem ser capazes de dar uma resposta a essa lacuna. É evidente que defendemos, no passado recente, que teria sido desejável que tivesse havido um entendimento local entre os Autarcas eleitos e algumas das Instituições no sentido de aparecer um processo de inscrição na Direcção da Acção Social que tivesse grande base local de sustentação... a verdade é que a “resposta” que veio a surgir foi esta, a do Centro Social das Malhadas.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

* SAÚDE

- No dia 11 de Outubro, Representantes da Câmara Municipal, Autarcas da Junta e o Presidente da Assembleia de Freguesia da Gesteira, participaram numa reunião com os responsáveis da Direcção do Centro de Saúde de Soure porque se perspectivava, sem que houvesse qualquer determinação superior nesse sentido a criação de uma ambiência que potenciase um quadro propício/propenso ao encerramento dessa Extensão de Saúde, o que contrariava tudo aquilo que tem vindo a ser dito pelos responsáveis.

Fomos confrontados com uma situação em que, quer a Médica, quer a Auxiliar, estariam a dar nota aos utentes inscritos na Extensão de Saúde da Gesteira que lhes restaria solicitar/subscrever o pedido de transferência do seu processo para Soure, sob pena de ficarem sem Médico e de terem que ir para Vila Nova de Anços ou Granja do Ulmeiro... afigura-se-nos que foi clarificada a situação sendo que a Direcção do Centro de Saúde se comprometeu a escrever uma carta aos utentes, dando nota de que, em momento algum, se teria perspectivado o encerramento da Extensão de Saúde.

Foi-nos ainda dado nota que a entrada em funcionamento da Unidade de Saúde Familiar, para já, ainda estará pendente de pequenos ajustes.

- Amanhã, sensivelmente às quatro da tarde, a Câmara Municipal subscreverá o Protocolo que aprovou, em reunião de Câmara, com o Presidente da Direcção da ACIC e depois, evidentemente, dar-se-á início formal à actividade do Serviço de Apoio Local ao Empresário - SALE, com uma simulação prática, ilustrativa de alguns tipos de apoio que, normalmente, o pequeno Empresário procura...

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “sobre o 15.º Encontro de Bandas do Concelho dizer que foi visível a forte dinâmica, vitalidade e grande entusiasmo das nossas cinco Filarmónicas. Acaba por ser um concerto que se prolonga durante bastante tempo, o que mostra o gosto e o prazer que as Filarmónicas têm em mostrar aquilo que fazem ao longo do ano, de forma exemplar. Penso que é importante dizer que esse dinamismo é constantemente estimulado pelos apoios decorrentes da Política Municipal de Cultura. Digamos que há uma articulação entre esta conjugação de factores que é visível num Espectáculo como aquele a que assistimos neste Encontro de Bandas do Concelho.

Na área da Acção Social, em reunião de Plenário do CLAS, foi emitido parecer favorável à constituição como IPSS do Centro Social das Malhadas, na Freguesia de Pombalinho. Este parecer foi solicitado pelo Centro Distrital de Segurança Social de Coimbra, na sequência dos procedimentos do Centro Social das Malhadas

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

perante a Segurança Social, no sentido de se vir a constituir como Instituição Particular de Solidariedade Social. O próprio Diagnóstico Social do Concelho aponta, precisamente, para a falta deste tipo de equipamento na zona serrana, daí que não foi difícil, antes pelo contrário, bastante consensual a emissão de parecer favorável”.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “em relação ao 15.º Encontro de Bandas do Concelho, referir que esta é uma iniciativa que dá muito trabalho, um trabalho cuidado e, por isso, quero felicitar a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno pelo seu empenho, dedicação e, acima de tudo, pelo seu brio, sei que não é surpresa para nenhum de nós mas, de qualquer maneira, gostaria de referenciar este pormenor.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “para que fique bem claro, não acredito neste Governo mas, fundamentalmente, não acredito neste Ministro da Saúde, não acredito minimamente. A sua postura, a sua escassa capacidade de diálogo e as medidas que adopta para todo o País e, nomeadamente, para os Concelhos com menos capacidade de influência junto do poder político em Lisboa, têm sido desastrosas para os cidadãos; é a política do Governo, o Governo sufragado pelos Portugueses e, portanto, com possibilidade de implantar a sua própria política, agora não podemos, de maneira alguma, deixar de verberar, de uma maneira bem evidente, aquilo que nos destinos da Saúde tem sido feito no nosso País. Há medidas que transcendem aquilo que é a lógica humana, há medidas que ultrapassam a maneira correcta dos cidadãos terem acesso ao Serviço Nacional de Saúde, diria mesmo que, um Governo que criou o Serviço Nacional de Saúde, está agora a ter ocasião para “dar cabo” do mesmo mas isso, se me preocupa enquanto agente político, preocupa-me naturalmente enquanto cidadão e enquanto cidadão, confesso que gostaria que, continuasse a envidar todos os esforços no sentido de que Soure também não seja alvo destas estranhas peripécias que acontecem no domínio da Saúde. Diz-me o Senhor Presidente que é a auxiliar da Extensão de Saúde da Gesteira que define as regras de política de Saúde na sua Freguesia, confesso que fiquei aliviado por ver que o poder político se substituiu a auxiliar e, efectivamente, conseguiu inibir uma situação que certamente seria muito prejudicial para aquelas populações mas, de qualquer maneira, terminava esta primeira parte da minha intervenção cuidando de alertar V. Exa. para o cuidado que deve ter, conjuntamente com os seus colaboradores, no sentido de nos poder assegurar, no tempo e no lugar oportuno, se a Unidade de Saúde vai mesmo aparecer. Leio os jornais que V. Exa. lê, que os Senhores Vereadores lêem e aquilo

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

que observo é que o Governo congelou tudo aquilo que era a aplicação no terreno da criação das Unidades de Saúde Familiar, com pormenores rocambolescos... como é do conhecimento, um Ministro anuncia uma coisa e a sua Secretária de Estado, passado uns dias, diz que o Ministério das Finanças não a deixa fazer a “coisa” que o Ministro anunciou... é notável... antes de fazerem a comunicação poderiam ter perguntado um ao outro mas não, tirimem publicamente esta conflituosidade em termos de quem anunciou e quem não permitiu que o outro aplicasse o que foi anunciado.

Senhor Presidente, sobre estas questões acho que estamos entendidos, desde a primeira hora que lhe é veiculada a solidariedade institucional da Bancada do P.S.D. para, em questões de natureza ligadas à Saúde, tudo fazermos conjuntamente e, certamente, quando digo a “nossa Bancada” julgo que todos comungamos desse espírito, tudo aquilo que privilegie o acesso dos nossos cidadãos ao Serviço Nacional de Saúde deve sempre ser valorizado por todos nós.

Segunda questão: o PIDDAC anuncia, para o Concelho de Soure, pouco mais de cem mil euros e pressinto que essas verbas não lhe permitirão fazer grande coisa, naturalmente vai ter que se socorrer de outros financiamentos que não os do PIDDAC. A mensagem que lhe queria deixar é de entendimento, da nossa parte, de que uma distribuição do PIDDAC, feita da maneira como é, nos deixa algumas dúvidas; há Concelhos, cuja sorte grande lhes saiu por esta altura e há Concelhos onde irão ser atribuídas verbas de PIDDAC no valor de três mil euros. O Estado vai investir, em termos do seu programa de investimento e desenvolvimento, três mil euros são Concelhos do nosso Distrito. O Concelho de Soure, naturalmente ficou um pouco acima desta fasquia, mas pressinto que, certamente, não ficou no lugar que era merecido por todos nós e aquilo que lhe solicito é que nos informe sobre a aplicação que vai fazer dos pouco mais de cem mil euros de investimento do Estado no Concelho de Soure ao nível do PIDDAC.

Terceira questão: é sabido que a qualidade da água no Concelho de Soure não nos “envergonha”, no entanto saberá V. Exa., porque também percorre o Concelho, que há Freguesias onde as filas junto aos fontanários são superiores àquilo que naturalmente será o consumo da água nas suas próprias casas e isso, para quem passa, causa perturbação, para não dizer, alguma incredibilidade e dou-lhe o exemplo da Freguesia de Samuel porque, tanto nos fontanários de Santo Isidro como de Vale de Servo, as filas são imensas. Portanto, das duas uma, ou nós não confiamos na água que prestamos aos nossos Municípes ou então os nossos Municípes preferem utilizar os fontanários em detrimento da água do serviço público e isto causa alguma estranheza. Por isso, permita-me que redobre

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

novamente a questão que lhe coloquei em devido tempo, se o Senhor Presidente da Câmara assegura que a qualidade da água no Concelho de Soure, nomeadamente na Freguesia de Samuel, é de molde a que as populações não tenham necessidade de se socorrer dos fontanários porque têm água de qualidade em casa, porque é que as pessoas utilizam a água dos mesmos?!”

O Senhor Presidente respondeu dizendo que: “quanto à questão da Saúde, compreenderá, em particular, o Senhor Vereador e compreenderão todos, que não dê qualquer resposta aos comentários feitos sobre a Política Nacional de Saúde do actual Governo... compreendam que me vá cingir apenas àquilo que em matéria de Saúde tem que ver com o nosso Concelho... Permita-me uma correcção: eu não disse que a Auxiliar de Serviços da Extensão de Saúde define a Política de Saúde na Freguesia da Gesteira, o que eu disse foi que fomos confrontados com uma situação de facto em que, quer a Auxiliar, quer a Médica, estavam, ao que parece de motu próprio, a prestar uma informação errada aos utentes e, com base nessa informação, a conseguir que os utentes solicitassem o pedido de transferência. Na sequência da denuncia desta prática e de uma reunião entre Autarcas com responsáveis do Centro de Saúde, a Direcção do Centro de Saúde, de imediato, disponibilizou-se para enviar uma carta a cada um dos utentes que havia solicitado a transferência, dando nota que essa informação não era correcta, pois não estava, nem nunca teria estado perspectivado o encerramento; concordará comigo que o que eu acabei de dizer, não é exactamente a mesma coisa que dizer que eu havia dito que na Freguesia tal era a Auxiliar de Serviços que definia a Política de Saúde... embora, talvez o Senhor Vereador queira dizer que, em matéria de Saúde, do seu ponto de vista, ter-se-á chegado a um ponto em que já a Auxiliar e a Médica fazem política por quem de direito...

Quanto à questão das Unidades de Saúde Familiar volto a reiterar que, não obstante subscrever a preocupação perante as notícias vindas na Comunicação Social a propósito de congelamentos, também não é menos verdade que, nas várias reuniões que temos mantido com os Responsáveis de Saúde, nos foi adiantado que tudo estará já preparado, mesmo em termos de recursos humanos, para que a Unidade de Saúde Familiar, a muito curto prazo, entre em funcionamento... Relativamente ao PIDDAC, duas acções inscritas no Concelho de Soure... alertei sempre que há investimentos da Administração Central que não aparecem nas propostas de PIDDAC por Concelho, por exemplo: a ponte de Alfarelos nunca apareceu como investimento no Concelho de Soure; a reabilitação da estrada que liga Condeixa a Pombal e que atravessa uma zona do nosso Concelho, junto a

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Porto Coelheiro... algumas das perspectivas que temos, por exemplo Nós de Acesso, investimentos da Brisa... a subestação da E.D.P. é um investimento da E.D.P.... Não há que esconder que não nos deixa muito tranquilos o facto de só estes dois investimentos, um na área da Educação e outro na área da Saúde aparecerem no PIDDAC; de qualquer forma consideramos positivas as apostas no Centro Escolar das Freguesias de Degraças e Pombalinho e na Nova Extensão de Saúde de Samuel.

Sobre a questão da água no Concelho... é sabido que o Concelho de Soure não nos envergonha, bem pelo contrário!!!... penso que podemos e devemos qualificar melhor a água do Concelho de acordo com os sucessivos relatórios anuais do Instituto da Água. A água dos treze subsistemas que servem o Abastecimento Público de Água é de boa qualidade, o que não significa que não possam surgir momentos de excepção em que, por esta ou por aquela razão específica, possa haver um período justificado de menor qualidade. Não tenho qualquer informação que evidencie menos bons resultados em qualquer dos treze subsistemas, no que toca às análises químico-bacteriológicas que são feitas semanal e quinzenalmente pela empresa creditada; pelo contrário, a informação que tenho é de que os resultados, os parâmetros, estão em conformidade com os valores exigidos por lei.

A questão que referiu de haver filas, tanto quanto entendi, designadamente na Freguesia de Samuel, junto dos fontanários e que isso poderia indiciar que as pessoas têm mais confiança nessas águas do que na água servida pelo Abastecimento Público do Concelho... no caso da Freguesia de Samuel sempre houve uma tradição muito grande de recurso aos fontanários, curiosamente mesmo quando os resultados das análises apontam para o seu não consumo, porque há situações em que misturas de drenagens e até de químicas usadas nas culturas agrícolas têm vindo a prejudicar a qualidade da água que, outrora, nesses fontanários, era boa e agora apresenta alguns problemas. As pessoas, mesmo conhecendo esses resultados, que são afixados, insistem no seu uso porque é de borla e porque acreditam que essas águas possam ter outras propriedades.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “em relação à última questão feita pelo Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, sobre a qualidade da água e fontanários, posso adiantar que tive, recentemente, uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Samuel que pretende reabilitar a fonte de Vale de Servo e uma das razões dessa reabilitação é a grande procura desta água, particularmente por forasteiros. A fonte de Stº. Isidro já foi reabilitada pela Junta de Freguesia da Gesteira.”

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “gostava de abordar a questão sobre o que se está a passar actualmente no Concelho de Soure na área da Saúde, e começava por dizer que faço parte da Comissão de Utentes do Centro de Saúde. No dia 02 de Outubro, a Comissão de Utentes foi contactada pelo Senhor Presidente de Junta da Freguesia da Gesteira, alertando para o desvio de processos da Extensão de Saúde da Gesteira para o Centro de Saúde de Soure, os quais rondariam os 250/300 processos com a informação, quer da Auxiliar, quer da própria Médica, na tentativa de que esses processos viessem para Soure. Soubemos também, e queríamos aqui apoiar e congratularmo-nos com o papel que o Presidente da Junta da Freguesia de Gesteira teve, que consideramos determinante, tal como o Senhor Presidente de Câmara nesta reunião. O Senhor Presidente de Junta de Freguesia quando se apercebeu que o que se preparava era o encerramento da Extensão, conseguiu marcar uma reunião, mover influências com o Senhor Presidente de Câmara para que se conseguisse parar o encerramento da Extensão de Saúde da Gesteira, e este é o papel dos Autarcas que são eleitos, na defesa das populações. O nosso cumprimento muito sincero ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Gesteira, ao Senhor Presidente de Câmara porque, mais uma vez, consegue, com reuniões do Centro de Saúde, parar este processo.

No dia 10 de Outubro, cinco Comissões de Utentes de cinco Concelhos, reuniram na A.R.S., com dois vogais do Conselho de Administração, dois elementos que nos confirmaram o encerramento de algumas Extensões de Saúde dos cinco Concelhos, incluindo Soure. Dizem-nos que o Director do Centro de Saúde recebeu orientações, à semelhança dos outros Directores de Centros de Saúde, para informar os utentes das alterações de funcionamento, o que é que iria surgir em substituição do SAP... e isto não foi feito pelo Director do Centro de Saúde de Soure, lamentavelmente. Nós questionamos porque é que o Director do Centro de Saúde de Soure toma a atitude se de fechar dentro daquele edifício, não receber ninguém, não ouvir ninguém e, eu falo em nome da Comissão de Utentes, porque já tentámos tudo para conversar e não temos conseguido nada. Quando eu questionei como é que se compreende que, com dinheiros públicos, se estejam a investir em Extensões de Saúde, consideramos todos, independentemente das sensibilidades políticas, que isto é contribuir para o bem-estar e para a Saúde das populações e um dos elementos respondeu-me que isto não era investimento público mas sim das Autarquias, isto é ridículo! E dá-me outra resposta espantosa que o transporte terá que ser feito pelas Câmaras pois encerram Centros de Saúde... eu estou a dar nota de uma reunião que houve na A.R.S., com cinco Comissões de Utentes, e dois elementos da A.R.S., penso que os dois vogais da A.R.S. têm responsabilidade para

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

saber, porque falaram de muita coisa que está a acontecer. Como Autarca, fiquei preocupada porque cada vez mais as Autarquias têm maiores responsabilidades: na Educação, Transportes Escolares e noutras áreas e ainda íamos ter mais responsabilidades a nível de transporte dos utentes para o Centro de Saúde, não sei como mas, o que é certo, é que a resposta foi dada de imediato. Isto é reforçado quando leio uma acta que temos para aprovar hoje, onde estão as reafirmações do Senhor Presidente na defesa, em absoluto, de qualquer Extensão de Saúde mas eles justificam que elas têm que fechar porque as Unidades de Saúde Familiar têm que ter um número para poderem funcionar e, para isso, têm que encerrar as Extensões de Saúde.”

Quem viu ontem o “Jornal as Beiras”, lê-se, Novas Unidades de Saúde Familiar entram em funcionamento e até já nos indicam o nome da nossa, que eu não sabia, “Vitasaurium”, portanto, na sessão que houve ontem na A.R.S, foi assinado uma ficha de compromisso de cinco Unidades de Saúde Familiar e a de Soure já seria e teria este nome.

Sobre a Comissão de Utes, que tem trabalhado muito em conjunto com o Comando, com a Direcção dos Bombeiros Voluntários de Soure, com a Rádio Popular e com o Jornal de Soure, a semana passada tivemos uma reunião com sete Presidentes de Junta, ontem tivemos uma reunião com seis Presidentes de Junta e penso que o contributo dos Bombeiros Voluntários de Soure, que gostaria de deixar aqui bem claro, tem sido muito positivo porque há como que um silenciamento à nossa volta sobre o que se está a passar no actual Centro de Saúde sabemos das horas de espera na marcação de consultas mas para sabermos mais são os Bombeiros, efectivamente, que nos trazem as informações. Hoje existe uma descoordenação total entre o Centro de Operações das Urgências com o Centro de Saúde de Soure e os Bombeiros Voluntários de Soure e chegam a existir situações que se não se tratasse da saúde, eram caricatas, que é por exemplo: os Bombeiros terem uma situação de urgência, transportarem um doente, o CODU, porque se trata de uma situação urgente, enviam-no para o Centro de Saúde e lá é dito aos Bombeiros que sigam imediatamente para Coimbra... Sabemos, também através dos Bombeiros e não acreditamos que estejam a faltar à verdade, que meia hora antes do encerramento do Centro de Saúde avisam os mesmos para não passarem por lá, estas são algumas situações... outro exemplo: os Bombeiros, no fim do horário do Centro de Saúde na semana passada, tiveram uma chamada de urgência para acudir uma pessoa de sessenta e poucos anos; embora a ambulância estivesse muito bem equipada, eles não podiam fazer a intervenção que o doente teria necessidade de ser feita com a maior brevidade porque não tinham médico; o carro

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

do INEM, que transporta o Médico, perde-se no Concelho de Soure e tem que ser um carro da Sede dos Bombeiros para o procurar, quando o médico chega só pode passar a certidão de óbito...

São estas e outras situações que, no concreto e não estamos a falar no plano teórico, nos mostram a necessidade de termos um serviço alternativo àquilo que tínhamos, com gente preparada para um serviço de urgências. Concordo e hoje entendo que aquilo que se poderia fazer ou que seria feito no Serviço de Atendimento Permanente, poderia não ser suficiente.

Terão que preparar Médicos para responder a situações de urgência, mas o que precisamos é, efectivamente, dum serviço alternativo àquele que encerrou.

O Senhor Presidente também afirmou que iríamos encontrar, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Soure e com a A.R.S. do Centro, um serviço alternativo ao período de encerramento do Centro de SAP, gostaria de saber se já alguma coisa está a ser feita.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo que: “relativamente às várias questões que referiu no âmbito da Saúde... a questão da entrada em funcionamento das Unidades de Saúde Familiar só poder ocorrer a partir de determinado número de utentes... a Unidade de Saúde Familiar de Soure que está aprovada, ainda não está implementada porque, em termos de recursos humanos, ainda haverá que fazer ajustes... Tanto quanto me foi explicado, a existência da Unidade de Saúde Familiar pretende, na prática, fazer isto: estão os médicos a desenvolver o seu trabalho normal e se aparecerem pessoas que reclamem serviços de Saúde, mesmo não inscritas, mesmo em grande quantidade, terão que ter uma resposta. Em teoria, como já repararam, parece-me perfeito mas, tenho que vos dizer que no plano operacional e prático tenho sérias dúvidas... agora é evidente que uma Unidade de Saúde Familiar que tenha este objectivo pode trabalhar com universos maiores ou menores e, porventura, legitimamente, pode haver colaboradores de carreira técnica ou não técnica na área de Saúde que, às vezes, façam as suas próprias contas em detrimento de políticas regionais, nacionais ou municipais. Portanto a existir qualquer coisa menos clara será do foro interno do Centro de Saúde e dos seus colaboradores. Não me compete duvidar duma questão de facto que é denunciada por Múncipes, dando nota que foram contactados pela Auxiliar e pela Médica... uma carta do Centro de Saúde a dizer que em momento algum... se há algo mais para além disto, compreenderá que no plano institucional não devamos ir por aí... Sobre os outros comentários que fez, digamos que os compreendo na integra e que, no capítulo das preocupações, as subscrevo. Compreendo também tudo aquilo que

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

é dito pelos Bombeiros, mas não compreendo a falta de abertura, a existir, da Direcção do Centro de Saúde para com a Comissão e Utentes...

Em resumo, e quanto à questão concreta que colocou, o que eu defendi na altura é que uma vez confrontado o Concelho de Soure com uma medida nacional que encerrou os Serviços de Atendimento Permanente à noite, das 22 horas às 08,00 horas, que deveríamos, naturalmente, desenvolver todos os esforços no sentido de em parceria com os Bombeiros e a A.R.S, encontrar uma solução alternativa que procurasse dar resposta. A Comissão de Utentes, politicamente, acha um erro o encerramento dos SAP's. Tenho a noção de que enquanto se mantiver esta Política Nacional, em termos de Saúde, querer que os SAP's, enquanto SAP's, reabram, é "remar contra a maré"... outra coisa é debruçar-mo-nos sobre aquilo que é a realidade e de nos apercebermos da capacidade, da possibilidade ou impossibilidade de podermos participar no aparecimento de uma solução, que não sendo a substituição do SAP, ao menos dê uma resposta que os Municípios, para já, não têm."

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos continuou dizendo: "as considerações que fiz sobre as Extensões de Saúde, o seu encerramento o número para as Unidades de Saúde Familiares, essas informações vieram na reunião da A.R.S., portanto, aquilo que achamos estranho é como é que estas informações são dadas e como é que já apresentam situações para os transportes, ao quais ficam a cargo da Câmara. Isto, para nós, é estranho, isto está a ser feito sem os Autarcas saberem, acho uma desonestidade política, para não dizer outra coisa; os Centros de Saúde afirmaram... o Director do Centro de Saúde sabe disto, tem conhecimento... portanto Senhor Presidente, todos os dados que lhe dei, retirando o que comentei sobre a Comissão de Utentes e o que tem sido feito, é da responsabilidade dos dois elementos que nos receberam na A.R.S."

O Senhor Presidente respondeu dizendo: "cada responsável é responsável por aquilo que diz... o que lhe posso adiantar, no que diz respeito ao Concelho de Soure, é que, tanto quanto me tem sido dito, não se perspectiva nenhum encerramento de Extensões de Saúde; no que diz respeito aos transportes, temos, para Tapeus, Brunhós e Degracias/Pombalinho, o sistema de Eco-Saúde, em que há um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde. As Freguesias de Tapeus e Brunhós não tinham escala para podermos defender o aparecimento de Extensões de Saúde locais, e quando colaborámos na

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

centralização em Degracias/Pombalinho, já foi a forma possível de acabar com a história do médico meio dia por semana, em quatro salas sem condições. Continuo a não ter razões para duvidar de que, para já, no Concelho de Soure se manterão as Extensões de Saúde que existem; também as Eco-Saúdes que existem, com alguma intensificação nas Freguesias de Degracias e Pombalinho, com mais paragens; que, a muito curto prazo, entrará em funcionamento uma Unidade de Saúde Familiar.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “ainda sobre este assunto da Saúde, e para concluir a nossa posição sobre esta matéria, até porque fomos agora confrontados com dados que desconhecíamos, nomeadamente a evocação que foi feita pela ARS de algumas medidas que a Câmara Municipal deveria adoptar, porventura, no futuro, deduzo que poderá estar na mente da ARS que a Câmara crie um novo Departamento, o Departamento de Ambulâncias que, obviamente, se encarregará de fazer esse tipo de funções e acho que esta situação mereceria alguma preocupação da nossa parte se o assunto não fosse suficientemente preocupante. A ARS entende que não tem, neste momento, condições para abrir a Unidade de Saúde Familiar, foi muito mais lesta a encontrar-lhe um nome, de resto, o nome “Vitasaurium” é um nome que irá dizer muito às nossas populações... Senhor Presidente, permitia-me terminar porque pressinto que esta é uma situação que nos envolve a todos e onde existe uma comunhão total de preocupações em relação a esta matéria. Pedia-lhe se, porventura utilizando os seus bons ofícios, conseguia, sem isso aviltar aquilo que é o normal relacionamento entre Instituições mas que conseguisse que o Senhor Director do Centro de Saúde de Soure fosse ouvido nesta Câmara Municipal.

Estaríamos disponíveis para estar presentes mas gostaríamos que o Senhor Director do Centro de Saúde se apercebesse que por muitas directrizes que possam emanar do seu Gabinete, por muitas cartas que possa escrever aos cidadãos, não pode coibir-se, no meu modesto entendimento, de prestar também algum tipo de informações aos Eleitos e se não recebe a Comissão de Utentes, na qual depositamos muita da nossa confiança para que consiga resolver esta situação, pelo menos possa, aos Eleitos do Concelho de Soure, prestar as informações que entendemos que são necessárias.

Concluindo, Senhor Presidente, solicitava-lhe que, em nome da Câmara Municipal, solicitasse ao Senhor Director do Centro de Saúde que fosse ouvido nesta Câmara, por estas temáticas dos assuntos da Saúde no Concelho de Soure.”

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “considero um comportamento negativo a não recepção da Comissão de Utentes. Também tenho que reafirmar que, enquanto Presidente de Câmara, fui sempre recebido e foram-me sempre dadas as explicações solicitadas, embora nem sempre concordando com elas... de qualquer forma, penso que será de atender à sugestão do Senhor Vereador no sentido de procurar promover uma reunião entre o Executivo Municipal e o Director do Centro de Saúde, quer seja em reunião de Câmara, quer numa reunião de trabalho, para, porventura de viva voz, clarificarmos algumas questões que a todos, justificadamente, nos continuam a preocupar.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “gostaria de começar por dizer que no dia 17 de Outubro foi assinalado o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, podia parecer despropósito eu falar nesta questão mas entendo que este assinalar tem muitas implicações, está directamente relacionado com as últimas intervenções que foram feitas nesta Câmara.

Vivemos num País com cerca de 10.000.000 de habitantes, 20 a 21% desses habitantes vivem em situação de pobreza, não vamos aqui tentar chegar a uma conclusão sobre o que é que é a pobreza, se são os cânones ditados pela União Europeia se são outros, o que é importante é que, de facto, 20 a 21% vivem em situação de pobreza e considera-se, nos vários fóruns que foram ocorrendo, que viver em situação de pobreza é também, e é sobretudo, não ter acesso a serviços públicos de qualidade, é um problema de acessibilidades, não só rodoviárias mas também de acesso aos serviços públicos.

Destes 2.000.000 de Portugueses que vivem em situação de pobreza, os que estão mais vulneráveis e que engrossam este número são, sobretudo, as crianças e os idosos, aliás, o PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão que o Governo está prestes a lançar, chama particular atenção. Nesse sentido, ficamos perplexos quando percebemos que aquilo que pode contribuir para uma situação de pobreza e exclusão social, que é a acessibilidade aos serviços públicos, começa a ser negada a estes cidadãos que, de facto, vivem em situações de maior dificuldade. Esta era uma nota que aqui queria deixar, que o encerramento dos SAP's, das Extensões de Saúde, de algumas Escolas ou a prestação de serviços em algumas, que a campanha de denegrir os Funcionários Públicos, aqueles que prestam serviço público a todos aqueles que dele necessitam, são situações que nos preocupam pois em vez de poderem contribuir para uma diminuição dos índices de pobreza neste País, na nossa perspectiva, poderão vir a colocar em risco a reabilitação da pobreza e, mais do que isso, baixarmos os níveis de pobreza neste País.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Na altura em que esta questão mais foi focada nestas reuniões, alertámos para a política deste Governo e dos serviços que regionalmente e localmente são a correia de transmissão do Governo, que estavam a utilizar uma política do facto consumado, isto é, tentar esvaziar os serviços para depois justificar o seu encerramento e é aquilo que está a acontecer. Evidentemente que não vamos aqui dizer que temos provas materiais que isso esteja a acontecer, é muito difícil porque um dirigente chega a uma reunião regional e diz “*temos que fazer assim*”, ainda que não haja nada escrito, isto é uma forma de, paulatinamente, esvaziar os serviços dando azo a que, posteriormente, se diga “*afinal vamos encerrar porque eles estão esvaziados*”. Aquilo que queria aqui referir é exactamente a situação do facto consumado e de estarmos atentos a este tipo de situações para que no futuro não sejamos, nós também, confrontados com inevitabilidades que põem em risco, não só a qualidade de vida dos nossos cidadãos, mas o atingir de metas que todos nós pugnamos atingir, que é erradicar a pobreza num futuro muito próximo.

Já foi aqui diversas vezes referido que a Zona Histórica da nossa Vila é uma zona que merece todo o nosso carinho, é uma zona que tem que ser um postal ilustrado desta Vila para aqueles que vêm de fora e nos visitam. Curiosamente, quando passamos a Rotunda da Nora e nos aproximamos do Centro da Vila, do Centro Histórico, deparamo-nos com os taipais da piscina que estava para ser construída. A minha questão é como é que está o ponto de situação dessa piscina, o que é que vai ser feito e em que espaço temporal para que, de facto, aquele quadro deixe de existir porque, na nossa perspectiva, não dá a melhor imagem da nossa Vila.

Chegou-nos ao conhecimento que as Piscinas de Vila Nova de Anços estiveram fechadas, segundo parece, para obras e a questão era mesmo essa, saber se estiveram fechadas para obras ou não, que tipo de obras foram realizadas e como é que isso se compagina com o futuro daquele equipamento social.

Relativamente ao edifício da Antiga EB1, n.º 1, tenho lá passado e visto pessoas a entrar e sair, não sei que destino é que esse equipamento teve ou irá ter. Também já solicitamos um dossier com os documentos que são emanados pelos serviços camarários. Entendemos que são fundamentais para que possamos acompanhar o trabalho que é realizado na Câmara e também para podermos esclarecer os Municípes com quem contactamos. Esse dossier foi pedido quase no início do Mandato, ainda não foi disponibilizado e, portanto, gostaríamos que o mesmo pudesse, a curto prazo, estar disponível para que pudéssemos consubstanciar ainda mais o nosso trabalho nesta Câmara. Já agora, pedia também que, apenso a esse dossier, fosse o Protocolo da Câmara.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Encontro de Bandas... no passado Domingo estive presente no Encontro de Bandas, na Carregosa. É sabido por todos que, pessoalmente, me ligam laços de grande afinidade às Bandas do Concelho, trabalhei e sou ainda dirigente de uma delas e, de facto, são momentos que para mim me dizem muito a todos os níveis até a nível afectivo... Fui convidado, enquanto Vereador não enquanto Fernando Martinho, e a situação que aqui trago é de explicar porque é que a meio da refeição tive que me ausentar, porque não estava ali como Fernando Martinho, mas enquanto Vereador, também representando os meus colegas mas, sobretudo, representando muitos Municípes deste Concelho que nos elegeram e pelo respeito que eles me merecem, tive que sair.”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “quanto à questão do Dia Nacional de Erradicação da Pobreza... subscrevo alguns comentários e, por isso, é que, no plano pessoal e na prática real, evidencio sempre uma grande política de proximidade. Uma coisa é a realidade daquilo que cada um de nós possa defender e outra são as diferentes políticas nacionais; estamos num Estado de Direito, não estamos numa ilha. A propósito dos exemplos que referiu, quero-lhe dizer que relativamente ao encerramento do SAP, fiz um comunicado em que expliquei porque é que não concordava!!!... quanto ao encerramento das Extensões de Saúde, não há nenhum encerramento de Extensões de Saúde previsto no Concelho de Soure!!!... relativamente ao encerramento de algumas Escolas quero dizer-lhe que as Escolas que encerraram no Concelho de Soure só podiam e deviam encerrar!!!... julgo que não se estará a referir a essas como factor potenciador de pobreza, julgo que se estará a referir a outros encerramentos de Escolas que não os poucos ocorridos no Concelho de Soure, perfeitamente justificados sobre qualquer perspectiva, objecto de um tratamento local adequado aos mais diversos níveis e feitos na maior paz e compreensão sociais.

Zona Histórica, questão dos placares, das chapas amarelas... o processo da Piscina Coberta de Soure foi interrompido porque, tratando-se de um investimento que tinha um parecer favorável do IPAR, não condicionado, a verdade é que mal começou o investimento foram encontrados vestígios e o Director de Departamento e Obras e Urbanismo, Dr. Marcus Tralhão, comunicou, de imediato a ocorrência ao IPAR. Tivemos que investir montantes significativos na realização de trabalhos arqueológicos considerados necessários e adequados; findos esses trabalhos, voltámos a ter um parecer favorável para a continuação do investimento... foi, então, feita uma reflexão, que apontou para a seguinte conclusão: não obstante o investimento poder ser concluído, decidiu-se optar pela

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

musealização de tudo aquilo que foi encontrado; acordámos a não continuação da obra com a empresa adjudicatária; adjudicámos, nos termos da lei, o estudo para essa musealização, para apresentação de uma candidatura, que possa vir a co-financiar a mesma. Não existe ainda qualquer calendário definido, estamos a procurar percorrer os passos que nos permitam realizar este objectivo.

Piscina de Vila Nova de Anços fechada para obras... não tenho conhecimento que tenha fechado para obras, a não ser o eventual encerramento de um /dois dias para quaisquer acções normais de conservação.

Questão das Escolas Básicas do 1.º Ciclo a Norte e a Sul... a que está a caminho da estação, como é do conhecimento público, está a ser utilizada, e bem, pela Casa da Criança, que passou a dar uma resposta qualitativamente melhor. A que está em frente à nova Repartição de Finanças, tudo aponta para que venhamos a ter a possibilidade de nos pronunciarmos sobre a sua cedência, à A.P.P.A.C.D.M. de Soure...

Relativamente aos documentos... foram dadas orientações aos dois Directores de Departamento para que vos preparem um dossier.

Quanto ao Protocolo, o Secretariado tem-no em suporte informático... se o solicitarem ser-vos-á facultada cópia.

Quanto ao facto de se ter retirado a meio do almoço pelo respeito que os Municípes lhe merecem... qualquer responsabilidade protocolar, em termos da forma como decorreu o 15.º Encontro de Bandas, não deverá ser imputável à Câmara Municipal... A atitude que tomou, independentemente do comentário que fez, é uma atitude que a si e só a si lhe diz respeito e sobre a qual não tenho, nem devo, produzir qualquer comentário.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “quanto às Piscinas de Vila Nova de Anços essa deve-se ao aquecimento da própria água, uma boa manutenção é fundamental para o seu funcionamento.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 16.06.2006

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de acta de 16.06.2006 - Dezasseis de Junho de 2006

Ponto 4. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS

- Homologação do Auto de Recepção Definitiva

4. 1. Iluminação do Polidesportivo de Alfarelos

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES - CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
ILUMINAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DE ALFARELOS
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 26.02.2002 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. art. 226.º, n.º 1 do art. 227.º e n.º 1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.10.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção definitiva da obra em epígrafe, conforme decorre da informação do D.O.U. -----

4. 2. Iluminação do Polidesportivo do Sobral

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES - CONSTRUÇÃO DE OUTROS POLIDESPORTIVOS
ILUMINAÇÃO DO POLIDESPORTIVO DO SOBRAL
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 26.02.2002 a Câmara Municipal de Soure homologou o auto de recepção provisória, relativo à empreitada acima referida.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respectiva vistoria, a homologação do auto de recepção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. art. 226.º, n.º 1 do art.º 227.º e n.º 1 do art.º 229 do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
09.10.2006

Deliberado, por maioria, com quatro (4) a favor e três (3) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção definitiva, conforme decorre da informação do D.O.U. -----

Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES
 . EVENTOS /PROVAS DESPORTIVAS
 - Apoio - 12.º Saurium T.T.

O Senhor Presidente referiu que: “sugeria que se retirasse este ponto da Ordem de Trabalhos por uma razão muito simples: normalmente costumam apresentar o pedido de apoio à *posteriori* já com um balanço efectivo das receitas e despesas. Este ano já aprovámos o apoio do ano passado e, portanto, sugere-se que aguardemos pelos elementos que complementam esta avaliação.

Assim, propõe-se que se retire o presente ponto da Ordem de Trabalhos.”

Deliberado, por unanimidade, retirar este ponto da ordem de trabalhos. -----

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL
 . “Programa Escolhas”
 - Acordo de Consórcio

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da subscrição de um Acordo de Consórcio que, basicamente, tem a ver com a apresentação de uma Candidatura da Associação de Samuel ao Programa Escolhas; está perfeitamente explicado o que é o Programa Escolhas, o que é que visa, em termos de promoção, e os seus objectivos têm também que ver com as nossas políticas municipais. Aquilo que resulta é a disponibilidade, da nossa parte e dos demais parceiros, que são o Agrupamento de Escolas de Soure e o Instituto Pedro Hispano, para além das

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

colaborações específicas que estão explicadas nos anexos; no fundo, acompanharmos uma acção que já foi avaliada e sobre a qual já foi emitido o parecer favorável, por unanimidade, nos diferentes órgãos da Comissão Local de Acção Social. Assim, propõe-se que se ratifique a subscrição deste Acordo de Consórcio.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “o Senhor Presidente referiu que foram apresentadas três Candidaturas ao Programa Escolhas no Concelho de Soure, aqui só estamos a apreciar um Acordo de Consórcio. A minha questão é a Câmara Municipal também celebrou mais algum Acordo de Consórcio com os outros dois Programas que não estão aqui a ser analisados?”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “as outras duas Candidaturas, uma da Associação para a Justiça e Paz da Granja do Ulmeiro e outra da IPSS da Vinha da Rainha, assentam em parcerias com outros parceiros que não a Câmara Municipal. Eu pedia à Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, que avaliou todas as Candidaturas no âmbito da emissão de parecer, que nos adiante quais os parceiros convidados por cada uma dessas Instituições nas suas Candidaturas.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “a AJP tem como entidades parceiras o Agrupamento de Escolas de Soure, o Instituto Pedro Hispano e uma Instituição não Concelhia, Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento e Cooperação; a Associação da Vinha da Rainha tem como parceiros o Agrupamento de Escolas de Soure, o Centro de Saúde de Soure, a Associação de Jovens Vértice do Núcleo da Vinha da Rainha; a Associação de Samuel, para além da Câmara Municipal, tem como parceiros o Agrupamento de Escolas de Soure e o Instituto Pedro Hispano.”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “como não foi solicitada qualquer parceria entre a Câmara Municipal e essas Instituições, não subscrevemos o Acordo de Consórcio, mas foram apresentadas no CLAS - Conselho Local de Acção Social. Assim, só temos que nos pronunciar sobre a Candidatura da Associação de Samuel, pois foi a única que previu uma parceria com a Câmara Municipal de Soure.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar a subscrição do Acordo de Consórcio. -----

Ponto 7. PROTECÇÃO CIVIL

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

**. Antigas Termas da Amieira
- Autorização de Abate de Eucaliptos**

O Senhor Presidente referiu que: “a REFER, os Técnicos Municipais, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure e os Autarcas, designadamente eleitos para as Freguesias de Vinha da Rainha e de Samuel, têm vindo a alertar para a necessidade de continuarmos a adoptar medidas que garantam que não há nenhuma agressão ao espólio histórico, mas que claramente evitem quaisquer situações de perigosidade. A REFER voltou a insistir, disponibilizando-se para o corte de trinta e sete eucaliptos. Sobre isso o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, e bem, determinou a elaboração de três informações: uma em termos físicos, uma em termos ambientais e outra em termos jurídicos. Daí resulta tudo aquilo que os Senhores Vereadores podem ler e, na posse dessas três informações, e no uso de uma competência que é do Presidente mas que lhe está delegada, o Senhor Vice-Presidente Santos Mota autorizou o abate desses trinta e sete eucaliptos, tendo em vista esses objectivos, naturalmente com o acompanhamento próximo dos Serviços Municipais de Protecção Civil, entenda-se os técnicos e o próprio Comandante do Corpo Activo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “analisei o processo e existe um parecer de um Engenheiro Técnico. Queria saber como é que aparece este parecer? Este Senhor é um freelancer, é alguém a quem foi pedido um parecer?...”

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “se consultar a listagem de avençados, que é pública, da Câmara Municipal de Soure, verifica que o Engenheiro Técnico tem uma avença mensal e colabora com os nossos serviços, quer de jardinagem, quer de ambiente, sempre que é solicitado; aliás, quase todos os processos desta natureza e as requalificações urbanas são sempre acompanhados do seu parecer técnico sobre a matéria.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou dizendo: “para que não caia no mesmo erro, solicitava que me fosse cedida uma listagem dos avençados da Câmara Municipal.”

*19.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

O Senhor Presidente respondeu dizendo: “está dada a ordem, ainda que a listagem tenha sido entregue ao vosso líder de Bancada na Assembleia Municipal, quando solicitou todos esses quadros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente. ----

Ponto 8. DEFESA DO MEIO AMBIENTE

. Poluição do Rio Arunca

- Constituição como Assistente

O Senhor Presidente referiu que: “esta questão da poluição do Rio Arunca é, de novo, abordada na sequência do debate saudável ocorrido na última reunião de Câmara.

Determinámos a elaboração de uma informação que reproduzisse a ambiência jurídica aplicável, independentemente de atitudes políticas que pudéssemos ter tido ou que possamos vir a ter neste domínio. Pareceu-nos que resulta, desta informação, que aquilo que poderá ser uma atitude a adoptar que vá para além da mera denúncia e do mero repúdio pela atitude pelo crime praticado, apontará no sentido de nos disponibilizarmos, nos termos da lei, para nos constituirmos como assistente. A legislação aplicável prevê, de acordo com aquilo que vos foi distribuído, o direito de participação procedimental e de acção popular, portanto, de acompanhamento; evidentemente que a ideia não é pressionar nem que nos substituamos ao poder judicial, mas é de que o poder judicial sinta que nós estamos ao lado, prontos a acrescentar outros elementos que possam contribuir para uma mais eficaz identificação do “criminoso” e que, de alguma forma, possa tornar mais difícil que processos desta natureza sejam arquivados, como muitos têm vindo a ser. Portanto, não nos limitarmos a denunciar, de forma pronta e eficaz, mas querermos reclamar a única possibilidade legal que temos para além da reclamação. Embora se trate de uma competência do Presidente, o requerer junto do poder judicial que aceite que nos constituamos como assistente... é uma matéria que me parece que, na sequência de um debate onde houve “comunhão” de ideias total na preocupação, faz sentido que seja a Câmara Municipal a aprovar requerer ao poder judicial que seja constituída como assistente no âmbito deste processo.

Assim, propõe-se que se aprove que fosse desenvolvido o processo legalmente previsto para que possamos vir a constituir-nos como assistentes.”

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “encaramos muito favoravelmente esta sugestão que os serviços jurídicos adoptam, parece-nos pertinente e uma medida exemplar que a Câmara Municipal de Soure adopta em relação àquilo que é o “abandalhamento” ambiental e institucional que geralmente costuma acontecer em questões desta natureza.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “em relação a este processo, mas dentro da defesa de meio ambiente e da poluição dos rios, não ficava bem comigo próprio se não referisse que, felizmente, a Câmara Municipal tem parceiros que têm sido fundamentais na questão da Defesa do Meio Ambiente e, em particular, dos Rios. Estou-me a referir concretamente aos Clubes de Pesca Desportiva do Concelho de Soure, designadamente o Clube de Pesca Desportiva de Soure, a Associação Regional do Centro de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços e o Clube Caça e Pesca da Granja do Ulmeiro. Estes têm sido os primeiros a alertar para estas situações e não se limitam só à questão da prática e à promoção da Pesca Desportiva mas, todos eles, têm uma apetência, um cuidado e uma paixão muito viradas para o rio e, sem dúvida, têm sido uns parceiros fundamentais na questão de preservação e de cuidados com o Meio Ambiente e em particular dos rios do nosso Concelho.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Exmo Senhor Presidente de Câmara.

Ponto 9. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / SIG**
- Implementação do Projecto SIG**
- Consulta Prévia**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

ASSUNTO: SERVIÇOS MUNICIPAIS
. FORAL - RECURSOS HUMANOS - FORMAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO SIG
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIA

De acordo com a informação submetida à reunião do executivo de 29.06.2006, foi dado conhecimento da apresentação de uma candidatura à medida 1.6, do PO Centro, Programa Foral, na modalidade da Formação-Acção, para a implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), tendo na reunião de 14.09.2006, sido tomado conhecimento da aprovação da mesma e ratificado o termo de aceitação da decisão de aprovação.

19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 19 de Outubro de 2006

Tendo a candidatura merecido aprovação na última Unidade de Gestão, d P.O. Centro, torna-se necessário a contratação dos serviços de uma entidade acreditada para a realização da formação prevista, já que o aluguer de hardware e a amortização de software, imprescindíveis para a implementação deste sistema, no valor de 6.080,00 euros, serão objecto de procedimento (s) autónomo (s).

Com vista a aquisição dos serviços de formação, sugerimos à V. Exa. aprovação dos seguintes pontos:

1. Escolha de procedimento prévio à contratação

Relativamente ao fornecimento em epígrafe sugiro a adopção da modalidade consulta prévia (consulta a cinco fornecedores), uma vez que o valor estimado e aprovado para a prestação do serviço é de 26.700,18 euros (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - **149.639,36 euros** (*vide* alínea a) b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente prestação de serviço, tem cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica 01.02.02.02.15 e trata-se de acções inscritas em plano plurianual de investimentos com a classificação de 11 001 2006/177 1.

2. Consultar as seguintes entidades

De acordo com o estabelecido no n.º 4 do referido artigo 81.º, sugiro o convite para apresentação de proposta seja dirigido as seguintes empresas:

- Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S. A.;
- Consulrede - Consultoria Lda;
- Nível - Serviços Topográficos, Lda;
- Novageo II - Análise e Desenvolvimento de Sistemas S. A. Processo;
- GestPlanet - Gestão e Tecnologia, S. A.

3. Processo

Aprovação dos documentos em anexo a enviar às entidades

4. Comissão

Nos termos do artigo 136.º do citado Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 155.º do mesmo diploma, torna-se necessário a constituição de uma comissão responsável pela condução do procedimento, cujo funcionamento rege-se-à pelo disposto nos artigos 91.º e 92.º do mesmo diploma.

Deste modo, sugerimos que a comissão tenha a seguinte composição:

- a) Presidente: João Gouveia, Dr.
- b) Vogal: Manuela Santos, Dra. - substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- c) Vogal: Marcus Tralhão, Dr.;
- d) Vogal: suplente: Rui Fernandes, Arq.

5. Audiência prévia

Nos termos do n.º 3 do artigo 159.º do citado Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, sugerimos que a audiência prévia dos interessados seja efectuada pela comissão.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
04.10.2006

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da sequência lógica da Candidatura apresentada e da sua aprovação, ou seja, a sua implementação de acordo com a lei. A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos despachou no sentido de que, no que diz respeito à implementação do projecto SIG, seja escolhido como procedimento prévio à contratação, o recurso à modalidade de consulta prévia. Assim, proponho que se aprove a ratificação do Despacho da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de ratificação do Despacho da Senhora Vereadora, Dra. Manuela Santos. -----

Ponto 10. SERVIÇOS MUNICIPAIS

- . Foral - Recursos Humanos – Formação / DIQUAL QASST
Implementação e Certificação dos Sistemas de Gestão Qualidade,
Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho
- Ajuste Directo**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SERVIÇOS MUNICIPAIS

FORAL - RECURSOS HUMANOS - FORMAÇÃO / DIQUAL QASST

IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO QUALIDADE, AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Tal como foi referido na informação submetida à reunião do executivo de 29.06.2006, o Município de Soure apresentou, no âmbito do Programa Foral, com vista à implementação de Sistemas de Gestão (nas três vertentes: Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho) de acordo com referenciais normativos aplicáveis (ISSO 900:2000, ISSO 1401:2004 e OHSAS 18001) e a sua posterior Certificação, o Município de Soure apresentou no âmbito do Programa Foral, uma candidatura à Medida 1.6, do PO centro.

Foi também decidido que, na mesma reunião, que a candidatura seria estruturada com base no modelo DIQUAL QASST, desenvolvido pela AIP - Associação Industrial Portuguesa, uma vez que oferece maior garantia de uma correcta implementação daqueles sistemas de gestão, sua monitorização e, por fim, sua certificação.

Foi também decidido que, na mesma reunião, que a candidatura seria estruturada com base no modelo DIQUAL QASST, desenvolvido pela AIP – Associação Industrial Portuguesa, uma vez que oferece maior garantia de uma correcta implementação daqueles sistemas de gestão, sua monitorização e, por fim, sua certificação.

19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 19 de Outubro de 2006

Importa aqui lembrar, que a AIP, dado o seu KNOW-HOW, prestou não só apoio na elaboração do Despacho Conjunto n.º 694/2003, que passou a disciplinar a modalidade de formação-acção, como também concebeu, a convite da Secretaria de Estado da Administração Local o DIQUAL QASST, modelo de intervenção no âmbito do Programa Foral, que teve por objectivo preparar as autarquias locais para a implementação e obtenção da certificação dos sistemas de gestão, junto de entidades acreditadas.

A candidatura mereceu aprovação da última unidade de gestão, do P.O. Centro, pelo que se torna necessário a contratação dos serviços de uma entidade acreditada para a realização da correspondente formação, que só poderá ser a AIP - Associação Industrial Portuguesa, já que o projecto DIQUAL QASST encontra-se actualmente registado a favor daquela entidade, pertencendo à mesma os direitos de autor¹.

Deste modo, no que respeita à escolha do procedimento prévio à adjudicação do presente fornecimento, somos de parecer que, não obstante o valor da proposta, encontra-se fundamentado o recurso à figura do ajuste directo, independente do valor, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 179/99, de 8 de Junho.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - **149.639,36 euros** (*vide* alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente prestação de serviço para o corrente ano, tem cabimento no orçamento para o presente ano de 2006 pela rubrica 01.02.02.02.15 e trata-se de acção inscrita em plano plurianual de investimentos com a classificação de 11 001 2006/176 1.

Face ao acima referido, sugerimos à V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. O recurso à figura do ajuste directo, independentemente do valor do contrato, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, convidando a AIP - Associação Industrial Portuguesa, a apresentar proposta para a prestação dos serviços em causa;
2. Aprovação dos documentos em anexo.

¹. Não obstante o direito de autor ser reconhecido independentemente do registo, depósito ou qualquer outra formalidade (artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março).

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
06.10.2006

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da sequência lógica da Candidatura apresentada e da sua aprovação, no que diz respeito ao DIQUAL QASST. Recorremos ao Ajuste Directo, nos termos da lei, à própria AIP - Associação Industrial Portuguesa porque a lei configura esta possibilidade dado o relacionamento da AIP com todo este processo.

*19.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 19 de Outubro de 2006*

Assim, proponho que se aprove a ratificação do Despacho da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de ratificação do Despacho da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos. -----

Ponto 11. RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS
. Agrupamento de Escolas de Soure
- Acordo de Cooperação

O Senhor Presidente referiu que: “o Agrupamento de Escolas de Soure apresentou-nos uma proposta no sentido de subscrevermos um Acordo de Cooperação que visa a inserção de três alunos numa Formação Pré-Profissional, nas áreas de Mecânica Automóvel e Acção Educativa. Este tipo de formação não constituirá para a Autarquia qualquer tipo de encargos.

Assim, propõe-se que se aprove a subscrição dos três Acordos de Cooperação.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição dos três Acordos de Cooperação. -

Ponto 12. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2006
. Apreciação de Propostas de Alteração - 8.ª/8.ª -.

Deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e três abstenções, aprovar as propostas de Alteração ao PPI e AMR - 8.ª/8.ª - . -----